



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Reunião n.º 119

🕒 Início: quarta, 14 outubro 2026 | 10h00

🏠 Local:

☰ Secção: Comissões Parlamentares

1. Apreciação e votação das atas n.º 106 e 108;
2. Apreciação do projeto de Plano de Atividades da UTAO para o ano de 2027;
3. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 712/XVII/1.ª \(IL\)](#) – Procede à interpretação autêntica da isenção de mais-valias no reinvestimento imobiliário para habitação própria e permanente; Relator: (PSD)
4. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 788/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Altera o regime de tributação das mais-valias imobiliárias, em caso de reinvestimento; Relator: (L)
5. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 793/XVII/2.ª \(L\)](#) – Altera o regime de tributação das mais-valias imobiliárias, em caso de reinvestimento; Relator: (CDS-PP)
6. Discussão e votação de eventuais propostas de diligência apresentadas no âmbito da apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 518/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Revoga a possibilidade de cobrança de comissão de reembolso antecipado nos contratos de crédito à habitação com taxa de juro variável;
7. Discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Resolução n.º 1262/XVII/1.ª \(JPP\)](#) – Reforço da liberdade de escolha dos seguros associados ao crédito à habitação;
8. Fixação da Redação final do [Projeto de Resolução n.º 724/XVII/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que adote medidas de proteção das famílias com crédito à habitação face ao risco de aumento das taxas de juro na sequência do agravamento da situação no Médio Oriente;
9. Fixação da Redação final do [Projeto de Resolução n.º 1096/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a aplicação de medidas de alívio fiscal promovendo o apoio às famílias portuguesas e o desagravamento do atual custo de vida;
10. Fixação da Redação final do [Projeto de Resolução n.º 1073/XVII/1.ª \(JPP\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço do IMI Familiar como medida de apoio às famílias e de mitigação do aumento do custo de vida, bem como a criação de um regime reforçado para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
11. Deliberação sobre emissão de relatório ao [Projeto de Lei n.º 803/XVII/2.ª \(IL\)](#) – Estabelece a obrigação de serviços mínimos quando se trata de satisfação de necessidades sociais impreteríveis e nas escolas no período letivo 21.ª alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

8.ª CEC – Comissão Competente
Cabe ao DURP BE

12. Designação de relator para a [Proposta de Lei n.º 110/XVII/2.ª \(GOV\)](#) – Orçamento do Estado para 2027;
Cabe à DURP PAN
13. Definição de prazo para propostas de alteração ao [Projeto de Lei n.º 672/XVII/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Aumenta a dedução à coleta de IRS, duplicando o acréscimo a partir do 3.º filho, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e ao [Projeto de Lei n.º 674/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Reforça o Complemento Garantia para a Infância, assegurando a aplicação das majorações previstas nas deduções por dependentes em sede de IRS;
14. Outros assuntos.